

COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS E SUBJETIVAÇÃO DOCENTE: REFLEXÕES SOBRE A BNC-FORMAÇÃO

Glicia Juliane Cunha Barroso ¹
Geise do Socorro Lima Gomes ²

RESUMO

Nas últimas décadas, várias mudanças curriculares resultaram nas alterações dos documentos que conduzem a formação docente, tal como a resolução do CNE/ CP nº2. de dezembro de 2019, que tem como referência a implantação da Base Nacional Comum para a Formação inicial de professores da Educação Básica (BNC-Formação). A presente pesquisa tem buscado encontrar pistas que evidenciam como se formam e desenvolvem-se as estratégias de poder atuantes na formação docente por meio da produção discursiva sobre as competências socioemocionais. Visando problematizar como ocorrem as formas de regulação da sociedade associadas às práticas que exercem governamentalidade, esta pesquisa objetiva elencar as estratégias e os dispositivos de subjetivação utilizados como ferramentas para moldar comportamentos, sobretudo de professores e professoras. Portanto, nos interrogamos: Quais dispositivos de subjetivação são colocados em funcionamento por meio da produção discursiva sobre as “competências socioemocionais” no referido documento? A investigação é parte de pesquisa em desenvolvimento debruçando-se na análise de fontes primárias (como a investigação da resolução CNE/CP nº2 de 2019), e o auxílio de fontes secundárias (Teses, dissertações e artigos) encontradas em plataformas e bases de dados (*Scielo, Cnpq, Google Acadêmico e Capes*). O referencial teórico que sustenta esse movimento investigativo encontra-se em Michael Foucault, Nicolas Rose, Jorge Larrosa, Tomaz Tadeu da Silva, Silvio Gallo e Sylvio Gadelha. As relações entre poder, saber e subjetivação pontuadas pelo pensador francês Michel Foucault e endossadas no campo da Educação por esses outros autores nos ajudam a inquirir a produção curricular e a formação docente cada vez mais mergulhada em processos que esvaziam questões políticas, econômicas, sociais, culturais e étnicas a fim de atribuir ao sujeito a responsabilidade unívoca pelos problemas educacionais.

Palavras-chave: Competências Socioemocionais, Formação Docente, Subjetivação, Sociedade, Governamentalidade.

INTRODUÇÃO

Ao longo de sua história, a sociedade desenvolveu um conjunto de estratégias de poder que visam moldar e controlar a vida individual e coletiva. Segundo o pensador francês Michel Foucault, essas estratégias são intencionais e deliberadas, com o objetivo de dominar a vida humana. As relações de governamentalidade, que se manifestam em diversas esferas da vida social, como a educação, a saúde e a justiça, são exemplos dessas estratégias. Através de documentos, discursos e práticas cotidianas, essas relações buscam classificar e normatizar os

¹Graduando do Curso Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Pará- UFPA, juliapedcello@gmail.com

²Professora orientadora, doutora em Educação, Faculdade de Pedagogia da Universidade Federal do Pará – UFPA, geisegomesufpa@gmail.com



indivíduos, inserindo-os em categorias e padrões de comportamentos considerados “normais”. Dessa forma, o poder se torna uma força invisível que molda as subjetividades e controla as massas.

Faz-se necessário, portanto, identificar ao longo da história como tem ocorrido tais práticas que tentam por meio da produção de determinadas narrativas discursivas condicionar o comportamento do outro, lançar um olhar sobre as competências e estabelecer relações entre o poder e as formas de governo exercidas por meio de mecanismos que mantêm-se indissociáveis da sociedade. E desse modo, analisar como estes argumentos tornam-se capazes de modificar a cultura, o movimento humano, alterando assim a forma de pensar da sociedade.

A educação em suas diferentes esferas constitui-se como campo de exercício das relações de poder, inerente à vida cotidiana, sobretudo em uma sociedade como a nossa, cujo *slogan* é investir permanentemente em sua “formação”. Portanto, os currículos não são neutros politicamente e devem ser interpelados como bem nos aponta Tomaz Tadeu da Silva (2011) e Foucault (2004). Em determinados momentos históricos estes se tornaram vantajosos e úteis aos grupos que o disputam, sobretudo, aos que consideram o currículo como um mecanismo que exerce sobre o sujeito práticas de controle, sujeição, exploração, cuja jurisprudência é de um saber clínico, por meio de normalizações disciplinares via o estabelecimento de “competências socioemocionais”. Michel Foucault vai nos dizer que existe um alvo para o qual se miram as práticas de saber e de poder: o sujeito. Ao se preocupar com a alteração desses documentos, que sujeitos estão sendo visados? Logo, o currículo também se torna campo de atuação dessa instigante relação entre saber e poder:

Sabe-se que a educação, embora seja, de direito, o instrumento graças ao qual todo indivíduo, em uma sociedade como a nossa, pode ter acesso a qualquer tipo de discurso, segue, em sua distribuição, no que permite e no que impede, as linhas que estão marcadas pela distância, pelas oposições e lutas sociais. Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo (Foucault, 2004 p.43-44).

A fim de dar continuidade aos estudos realizados sobre as competências socioemocionais na Resolução do CNE 2019, pretende-se questionar os dispositivos de poder-saber e subjetivação que estão sendo difundidos como importantes para a formação dos educandos enfatizados na rubrica “socioemocional” e que implicam em práticas produtoras e/ou reprodutoras de determinados sujeitos.



Este trabalho, portanto, insere-se nos estudos desenvolvidos no Projeto de Pesquisa: “Resiliência e governamentalidade: estudo das competências socioemocionais na formação dos professores e na BNCC”³ que compõem o campo de interesse investigativo na área da Psicologia da Educação e dos estudos sobre currículo e formação de educadores, que ao analisar a dimensão dos processos de subjetivação da atualidade, produtora de sujeitos medicalizados, visa questionar esse currículo como dispositivo de governo engendrado nessa ótica. Vivemos a era dos diagnósticos como recurso para justificar a existência das diferenças que só são aceitas via judicialização dos corpos. Se o remédio controla o corpo “estranho” quem controla os corpos “normativos” que insistem em se rebelar? Estamos diante de estratégias de disciplinarização mais refinadas, em que se ensina agora como controlar as emoções e a não pensar sobre si, sobre o cuidado de si a partir de uma ética e uma estética da existência mais libertadoras.

METODOLOGIA

Este é um estudo qualitativo de caráter bibliográfico e documental, pois dispõe de análises a partir de fontes de domínio público, tais como produção bibliográfica brasileira sobre a formação em pedagogia a partir da resolução do CNE/CP N° 2 de dezembro de 2019 e BNC-Formação, bem como análises da própria resolução. Para a realização desta prática de coletar e examinar documentos, textos e demais materiais escritos com vistas a obter informações relevantes sobre as questões apresentadas como tema desta pesquisa foram necessários a imersão nas bases de dados CNPq, *Scielo* e *Google* acadêmico. Na busca por estudos que se mantivessem alinhados à pergunta norteadora é necessário acrescentar que na base de dados Google Acadêmico foram feitas buscas que se mantivessem alinhadas a pergunta norteadora, usando palavras chaves e também considerando artigos que estivessem condizentes com a procura do projeto de pesquisa, ao avaliar outras bases de dados constatou-se que muitos trabalhos seguem publicados em mais de uma base de dados. Para a realização da presente pesquisa, foi necessário o alinhamento com as obras do filósofo francês Michel Foucault e demais autores que há muito também discutem e incorporam os pensamentos do autor na literatura para que o acesso aos conceitos lançados por ele permitissem um embasamento teórico apto a solidificar este estudo.

Como critérios de inclusão para a busca por artigos, ensaios e dissertações que estivessem alinhados ao tema da pesquisa foram estabelecidos uma data de publicação,

³Este estudo compreende pesquisa desenvolvida como iniciação científica dentro deste projeto, e teve como agência financiadora o Pibic/UFPA.



considerando-se os artigos que compreendessem essa data a partir de 2010. Desta forma, foram analisados 13 artigos que abordam a temática “ Subjetividade docente, Competências Socioemocionais, Governamentalidade, BNC-Formação e Currículo”. A fuga da pergunta norteadora e a data estabelecida configuraram-se como procedimentos e critérios de desclassificação e assim, teceu-se as fontes arquivísticas deste trabalho.

REFERENCIAL TEÓRICO

Ao nos debruçarmos em prol de uma investigação que tem por finalidade trazer indícios sobre como ocorrem os processos de subjetivação nos cursos de formação docente e como essas questões acabam contribuindo para a modificação da identidade do professor que muitas vezes se encontra em processo de construção, vislumbra-se que estes mecanismos ocorrem ainda no início da formação acadêmica onde os discentes passam por processos de subjetivação que visa direcionar seu modo de ser docente. A subjetivação é descrita por Foucault (2016) como uma tecnologia ou conjunto de técnicas que envolvem as pessoas e produzem subjetividades, logo, também é possível encontrar tais técnicas presentes nos documentos norteadores.

No que se refere à noção de documento, Foucault (2008) assegura que estes não são apenas escritos neutros que contém informações sobre como se deu a constituição da sociedade e nem pode ser tido como algo que desvende aquilo que é considerado como passado ou ser definido como algo pronto e acabado. Logo, as informações encontradas a partir de documentos nomeados como registros designados a contar a história e orientar os passos da sociedade, acabam por constituir-se como mecanismos que ao ser implementados assumem a condição de poder e saber e em muitas ocasiões não existe margem para eventuais contestações, isto ocorre porque durante toda a trajetória da civilização os documentos se constituíram como verdade. Portanto, muitos desses documentos acabam operando como instrumentos de poder e saber dentro de dispositivos para este fim.

É sabido que os dispositivos moldam e influenciam, enquanto que a subjetivação internaliza preceitos nas pessoas, a esse respeito Larrosa (1994) afirma que os dispositivos estabelecem vínculos com a dominação, trazendo e agravando certos males no sujeito. Desta forma nota-se certa aproximação com a subjetivação. Foucault (2016) faz uma análise da subjetivação e a descreve como um movimento ou processos nos quais as pessoas são submetidas e que envolve certa produção discursiva, e esta atua dentro das relações sociais.

A produção discursiva envolve situações que devem levar em conta o contexto, a organização e também a finalidade para a qual essa produção está voltada. Nesse sentido

Foucault (2008) discorre sobre o discurso como este sendo afirmativas ligadas a um mesmo grupo de informações, essas formas de se produzir comunicação ultrapassam à linguagem por buscarem ações discursivas que querem construir e manter relações de poder. Estes escritos carregam informações inquestionáveis e capazes de manter certa ordem social e neste mesmo processo a sociedade passou a ser objetificada por eles, contudo, em determinados momentos existe certa consciência sobre o peso e efeito que possuem sobre a vida humana, ainda que seja impossível desvencilhar-se dessas estratégias de poder que compõem por exemplo práticas de governo.

Segundo Rose (2011) no que concerne ao governo, o autor pontua sua existência como aberta a diversas perspectivas e mesmo ela estando de forma “inteligível”, suas ações tem a finalidade de exercer controle ainda que com narrativas que em um primeiro olhar, levam-nos a crer que tudo contribuirá para o bem geral. Estas configuram-se como sendo formas de moldar a conduta humana. A existência de métodos que objetivam ditar a vida humana coexiste com as relações de poder, esses vínculos seguem estabelecidos na sociedade e constantemente determinam o modo de vida social e são endossados por documentos como formas de garantir seu cumprimento, em que o estado o determina e o legitima, assegurando sua aplicabilidade.

Ampliando essas práticas ao conceito de “governamentalidade” Foucault (1979) o aponta como um grupo de artimanhas, esquemas e variados mecanismos que consomem e permitem relações de poder e saber na vida das pessoas, dessa forma o alvo é a população, isto porque esta forma de poder impõem disciplina, e assim desenvolve técnicas específicas de governo sobre a sociedade, levando-nos a entender que o poder está sempre alinhado ao saber pois um legitima o outro.

Gallo (2004) afirma que as estratégias de poder não são estabelecidas ao acaso, o poder que se deseja exercer têm metas a cumprir, possuem lógica e direção. É preciso ter ciência de como isso afeta não apenas uma classe de profissionais, mas, a população como um todo, em uma divisão das tecnologias de poder tais como exemplificadas por Michel Foucault em anátomo-políticas e biopolíticas.

Gadelha (2021) aponta a biopolítica como um saber “biológico” , estratégias que visam gerir a vida humana e suas relações, mas também se constituem como poder por se tratar de técnicas que buscam dominar. Já o poder disciplinar compreende o que o autor chama de anátomo-política, um poder relacionado ao corpo.

Segundo Foucault (2008) a biopolítica é uma tecnologia de poder em que funcionam diversos mecanismos de controle da vida a nível coletivo, incitando determinados modos de



viver a partir de determinados ordenamentos e otimizações. Para o autor a biopolítica é um modo de ação, faz-se importante entender de que forma essas ações são exercidas. Tendo em vista essa consideração, Silva (1994) pondera a existência de certos dispositivos que atuam com a intenção de regular a população, sendo sua principal intenção concentrar as forças dos sujeitos para que os mesmos estejam cada vez mais produtivos, e nessa perspectiva passam a ter mais utilidade. A questão mais importante é perceber o quanto é atual essa visão, percebendo-se que a sociedade continua sendo imersa nesses mecanismos de biopolítica cuja intenção é dominar deixando poucos espaços para a quebra de ciclos, tendo por finalidade tomar não apenas as horas de trabalho, mas as forças.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A discussão aqui levantada recai sobre a Resolução do CNE/CP nº2 de 2019, porque o período em que esta pesquisa finaliza, a resolução estava em vias de mudança (Resolução do CNE/CP nº4 de 2024 que substitui a Resolução de 2019). Sendo assim, as considerações levantadas sobre a resolução de 2019 no parecer CNE-CP 04/2024 já levanta algumas críticas que vinham sendo conferidas ao documento.

Estas diretrizes, entre outras demandas, carecem de embasamento teórico sólido, forjando um documento de caráter “tecnicista”, a exemplo temos o fato de ser designada uma divisão entre formação inicial e formação continuada. De acordo com o novo parecer uma breve reflexão sobre este aspecto já o determina como um erro, isso porque a formação inicial e a formação continuada não deveriam ser dissociadas, visto que apenas isso já demonstra uma alteração do processo formativo, e ainda vai contra o alinhamento entre teoria e prática, pois são essas aproximações que favorecem um aprendizado eficaz.

Fica explícito que este quesito pretende limitar a educação oferecida, caso contrário não haveria motivos para separar formações que tem o propósito de oferecer educação de qualidade e que garanta aprendizado ao longo da carreira. Trata-se de um exemplo onde o documento busca restringir a atualização dos conhecimentos que constantemente devem ser adquiridos pelos profissionais docentes.

Outra forma de compreender essa restrição é no entendimento do documento como um mecanismo que medeia a relação do sujeito consigo mesmo, via formação. Nas palavras de Gallo (2017, p. 80) “O sujeito é, pois, aquele que age e que sofre ações de outrem [...]”. Os arranjos contidos ao longo do parecer exemplificam formas de se limitar o exercício da docência, causar sujeição por meio de um documento que se contrapõe ao afirmar que teoria e



prática devem estar alinhadas, mas o mesmo é pautado apenas nas habilidades práticas, pois valoriza as práticas de estágio, em contraponto negligenciando práticas docentes. Sobre as competências fica pontuado no documento:

Da mesma forma que a formação, a carreira do professor se articula à Base Nacional de Formação. [...] As competências auxiliam na construção de uma trajetória profissional que envolve aspectos relativos ao desenvolvimento e à avaliação de desempenho, fundamentais para a qualidade do trabalho docente. (Brasil, 2018, p. 40).

É paradoxal que as propostas curriculares, cujo objetivo é formar cidadãos críticos e engajados, resultem na desvalorização dos licenciados, profissionais essenciais para a educação e o desenvolvimento do país. Elenquemos, portanto, alguns dos motivos pelos quais a classe docente por meio de diversas entidades e movimentos rejeita este documento.

A apresentação da proposta, sem abertura para diálogo e debate com as entidades, impede a análise e melhoria de pontos negativos, impondo sua implementação sem a participação da classe docente. Por meio da narrativa das competências, retoma a ideia de um docente que deve apenas dominá-las e estar apto a ensiná-las. Em muitos fóruns e debates têm sido feitos questionamentos sobre esse “saber-fazer”, ou como muitos a têm designado “pedagogia das competências”, o contato com esse conceito surgiu a partir do encontro com entidades educacionais como ANFOPE (Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação), esta é uma das entidades que travam constantes lutas para que se alcancem melhorias para os profissionais docentes.

É evidente que é reconhecida a importância do professor, mas entre reconhecer e dispor aos profissionais a devida garantia de seus direitos e a valorização no mercado de trabalho existe demasiada distância. Reiteramos a impossibilidade de haver aceitação de um documento que existe para que pedagogos e licenciandos sejam dogmaticamente treinados para apenas ensinar a BNCC. É a mais clara visão da implementação de técnicas que tem por objetivo exercer profundo domínio da escola pública, mas precisamente sobre pessoas.

As camadas populares, podem ser alvo desse investimento político, já que dados apontam que inclusive, não por acaso muitos oriundos da periferia são ingressantes nos cursos de formação docente em universidades públicas. Gallo (2017) denota que no momento de ocorrência de individualização do sujeito por dispositivos disciplinares o ser humano é também dominado por tudo que deseja exercer controle populacional, e esta trajetória é algo que demonstra a incidência das relações de poder.

Observações apontadas por Gabriel (2022) e Andrade (2023) sobre a BNC-Formação despertam um olhar sobre a constante precarização a qual são submetidos a classe docente, a imposição da subjetividade, os autores buscam problematizar e dar voz para necessidades da classe docente que requerem atenção e melhorias.

Quando abordamos a complexidade e a origem do currículo, existem discrepâncias que geram a necessidade de um entendimento sobre todas as demandas incluídas nele, a saber o que se espera e qual o tipo de sociedade se visa alcançar. Encontrar traços de ideais neoliberais e suas intervenções no currículo necessita de um olhar crítico. Sobre isto, Ramos e Ciavatta (2012) destacam o início desse projeto culminando com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e sua relação com os interesses públicos e privados. Com destaque para a ativa participação de organizações multilaterais e neoliberais é relevante a busca para a compreensão sobre quais embasamentos deram origem ao currículo que regem a prática docente. Lopes (2008) pontua o reconhecimento de que com o advento das políticas econômicas genericamente denominadas há acentuada submissão das políticas educacionais aos mecanismos de definição e de avaliação dos conteúdos curriculares pelo Estado, bem como aos mecanismos de regulação do mercado.

Para Silva (1999) as conjecturas formuladas sobre o currículo inferem sobre o tipo de conhecimento que é tido como desejável, e este conhecimento que vai determinar também um tipo de ser humano que venha a ser “ideal”. Por sua vez, a afirmação de que o currículo deve designar seres humanos desejáveis revela uma visão reducionista e padronizada do indivíduo. Ao buscar moldar pessoas de acordo com um modelo ideal, o documento ignora a diversidade humana e levanta questões sobre a inclusão daqueles que não correspondem a esse padrão.

Outras implicações sobre a BNC-Formação foram encontradas em diferentes fontes tais como artigos que tratam dos processos que envolvem a subjetivação no exercício da profissão de um professor, buscando refletir sobre as experiências que possibilitam identificar tais processos. Em muitos trabalhos os autores Marín-Díaz e Ramírez (2014), Vivar y Soler et al (2022) e Dallapicula e Lima (2022) fazem ainda uma avaliação do contexto histórico dando importância para a “alienação” ou “opressão” que acometem os professores.

Dos textos encontrados na literatura e que abordam a questão da subjetivação docente, é possível constatar a incidência na relação desses processos de subjetivação com as diretrizes curriculares encontradas na BNC-Formação e demais documentos norteadores. Dos textos analisados foram detectados diversos fragmentos que em sua maioria fazem críticas sobre a inserção das competências socioemocionais nos documentos responsáveis pela condução dos cursos de licenciatura, contudo, existem muitos estudiosos que discorrem sobre o fato do



campo educacional ser algo muito visado pelas organizações mercadológicas por esta razão muitas reformas educacionais empenham-se em dar ênfase a formação técnica, Schuler (2016) e Manfré (2022) ressaltam a importância de debates que evidenciem denúncia daquilo que vem a ser uma invasão de interesses políticos na formação dos professores, destacando que mais importante que formular teorias críticas prontas e acabadas é lançar um convite para repensar o cenário educacional e suas contribuições.

Manfré (2020) e (2022) buscam chamar a atenção para a predeterminação ocasionada pelos documentos curriculares, afirmando que sua problematização dentro das instituições formadoras deve ser imprescindível, tornando o assunto amplamente conhecido no meio acadêmico, devido à sua complexidade. Nesse sentido alguns desses estudos levantam a necessidade de se entender como operam esses dispositivos, sua ligação com as instituições neoliberais e porque a educação cada vez mais tem se tornado alvo dessas implementações que já não mascaram sua real intenção.

Os autores Veiga Neto (2022), Deleuze (2018) e Larrosa (1994) destacam a produção de subjetividades por esses currículos, pelas normativas de autocontrole e autorregulação, visando “corpos dóceis”, objetificados para o mercado de trabalho. Dentro dessa lógica neoliberal e capitalista estão os professores vivendo ciclos degradantes e intermináveis de jornadas de trabalho.

No entanto, ignorando totalmente a realidade material e consubstanciada da profissão docente, a BNC-Formação por meio das expressões: autodesenvolvimento, autonomia, flexibilidade, resiliência, resolução de conflitos, cooperação articula uma produção de narrativas que atualiza práticas discursivas médico psicológicas ensejadas nas competências socioemocionais. Sendo assim, este documento configura-se como um dos mecanismos de poder utilizados pela governamentalidade atual a partir do “dispositivo-formação” (Gomes, 2017) , almejando performatividades ou formação de subjetividades agradáveis ao mercado de trabalho.

Sob este contexto os autores Moreira e Tadeu (2011) afirmam que dentre muitos dos encadeamentos do currículo que incluem repassar objetivos particulares para a sociedade, atuando como produtor de identidades, configura-se como um elemento que não é afetado pelo passar do tempo, estando ainda intimamente associado às relações de poder.

Para Silva (1999) as conjecturas formuladas sobre o currículo inferem sobre o tipo de conhecimento que é tido como desejável, e este conhecimento que vai determinar também um tipo de ser humano que venha a ser “ideal”. Assim, precisamos questionar o currículo e a



influência do documento referido sobre as escolhas humanas e o “governo dos corpos”, ou seja, da população.

A atual conjuntura em que se encontra a docência demonstra a necessidade que esta pauta tem de ser amplamente debatida de forma que esses questionamentos não caiam em inércia, pois se espera que o governo não ignore as reivindicações que a classe docente tem constantemente requerido. É essencial um olhar por parte do Estado que vise propiciar melhorias e qualidade a uma categoria que em sua trajetória expõe uma luta em busca de dignidade e equidade.

No entanto, ao que se refere aos documentos tidos como norteadores da ação educacional, uma das maiores problemáticas é a forma como os mesmos buscam silenciar os professores. Incomoda saber que certo amparo deveria ser encontrado dentre essas narrativas a fim de que se pudesse lutar contra as investidas de grupos políticos e neoliberais que diariamente tem tentado dominar a educação. Nesse viés as práticas discursivas presentes nos documentos formativos contribuem para que se contemple o quão constantemente têm sido implementadas normatizações cuja intenção é debilitar a docência.

Gallo (1995) discorre sobre esses discursos como temas que têm a necessidade de serem debatidos, a fim de que as dúvidas que competem à questões políticas possam ser devidamente esclarecidas. Convém então considerar que a existência de documentos normativos implementados a priori com a finalidade de promover melhorias à sociedade acabam apenas por subjugar a mesma.

Como dito anteriormente os documentos não são neutros, e no caso específico de alguns documentos educacionais usados no âmbito do governo há o envolvimento de inúmeras organizações neoliberais e capitalistas em sua elaboração. E a maior parte de suas narrativas são conduzidas pelo Banco Mundial e isto contribui para uma maior abrangência. Portanto, devemos fazer os enfrentamentos necessários demonstrando o quanto as organizações neoliberais querem a todo custo modificar os documentos que norteiam a educação dando a eles um caráter puramente mercadológico e que centraliza o professor em uma posição de assujeitamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões apresentadas evidenciam uma intrínseca relação entre governamentalidade, currículo e competências socioemocionais. Este estudo não busca verdades absolutas, tão pouco invalidar políticas públicas, mas sim mapear diferentes



perspectivas e evidenciar o descontentamento da classe docente, que se reflete na sociedade. É inegável que as competências socioemocionais e outros mecanismos governamentais exercem impactos sociais. Nosso objetivo é defender e dar voz às demandas emergentes na sociedade atual, buscando compreender como esse contexto interfere na construção de uma sociedade mais justa.

As críticas encontradas nos materiais pesquisados nos permitem dar visibilidade aos diferentes posicionamentos geradores de reflexão e capazes de construir caminhos viáveis. A busca pela construção deste estudo evidenciou que o Estado em muitas ocasiões se exime da responsabilidade a ele conferida, e estas questões devem receber atenção para que não ocorra a alienação e regulação, e sim a construção do conhecimento proveniente de debates, a fim de diminuir os processos responsáveis por exaurir as pessoas bem como propiciar a possibilidade de se repensar o futuro.

REFERÊNCIAS

- ANFOPE-Associação Nacional Pela Formação dos Profissionais da Educação. **Análise do parecer CNE CP 04/24. Formação Inicial.** Disponível em: https://www.youtube.com/live/7S11stQphxM?si=gZyw3lrbgkIa_Z Acesso em: 30 Mai 2024.
- ANDRADE, R. C.. Considerações Acerca da BNC-Formação e as novas Morfologias do Trabalho: O Professor do Novo Tipo. **Terra Livre**, [s.l], v.1, n.60, p. 121-156, 2024 DOI: 10.62516/terra-livre.2023.3 disponível em: <https://publicações.agb.org.br/terralivre/article/view> Acesso em: 8 out.2024.
- CARMEM, Teresa Gabriel; MARCUS, Leonardo Bomfim Martins. Docência: Entre Processos de Objetivação e Subjetivação de Sujeitos e Conhecimentos. Paraná, PR, **Educ. rev.** 38, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1984-041188204> Acesso em: 02 out. 2024.
- BRASIL. Ministério da Educação (MEC) **Base Nacional Comum da Formação dos Professores da Educação Básica.** Brasília, DF: MEC, 2018 a. Disponível em: <http://portal.mec.gov> Acesso em: 14 de Jan 2024.
- CIAVATTA, M. RAMOS, M. A era das Diretrizes: A Disputa pelo Projeto de Educação dos Mais Pobres. **Revista Brasileira de Educação** v. 17. n° 49. jan-abr. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br> Acesso em: 08 Jan 2023.
- DELEUZE, G. **Diferença e Repetição.** Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro/ São Paulo, 2018.
- DALLAPICULA, C.; LIMA, G. P. C; DINIZ, M. Subjetivação e Experiência no Exercício da Docência em Instituições de Ensino Superior: Entre Controle e Linhas de Fuga. **Revista Aceno**, v. 9, n. 21, (2022): Set /Dez de 2022. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br> Acesso em: 02 out. 2024.
- FOUCAULT, M. A Governamentalidade. In **Microfísica do Poder.** Rio de Janeiro, Graal, 15° ed, 2004.
- _____. **A Arqueologia do Saber.** Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitário, 2008 a.
- _____. **O Nascimento da Biopolítica.** Curso no Collège de France. (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

- _____. **Subjetividade e Verdade**. Curso no Collège de France. (1980-1981). Editora WMF Martins Fontes Ltda, 2016.
- _____. A Governamentalidade. In: **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro, Graal, 1979.
- GALLO, Sílvio. Repensar a Educação: Foucault. In: **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v 29, n. 1, jan/jun. p 79-97. 2004. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br> Acesso em: 13 de Abril 2024.
- _____. Biopolítica e Subjetividade: Resistência. **Revista Educar**. n. 66 Curitiba/PR. p. 77-94. 2017. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br> Acesso em: 17 Abr 2024.
- _____. A Educação e Controle. **Revista Simpro Cultura** Campinas, ano XII, nº 23, p. 1-5, julho/1995. Disponível em: <https://pt.scribd.com>document> Acesso em: 10 Jan 2024.
- GADELHA, S. et al.[org]. **Biopolítica, Tecnocultura e Educação**. Ed-São Paulo, SP: Cambalache, 2021.
- GOMES, G. S. L. **Dispositivo-formação em psicologia**: processos medicalizantes, silenciamentos, diferença. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.
- LOPES, Alice. **Possibilidades do Currículo Integrado**. Rio de Janeiro: Eduerj, Faperj, 2008.
- LARROSA, Jorge. **Tecnologias do Eu e Educação**. ORG : SILVA, Tomaz Tadeu. O Sujeito da Educação. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 35-86.
- ROSE, N. **Inventando Nossos Selves: Psicologia, Poder e Subjetividade**. Editora Vozes, 2011.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. **O Adeus às Metanarrativas Educacionais**. In: _____. O Sujeito da Educação: Estudos Foucaultianos. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- _____. **Documentos de Identidade**: Uma Introdução às Teorias do Currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- MOREIRA, A. SILVA, T. T. **Currículo, Cultura e Sociedade**. São Paulo: Cortez Editora, 2011.
- MARÍN-DÍAZ, D. L; NOGUERA-RAMÍREZ, C. E. O Efeito Educacional em Foucault. O Governo Uma Questão Pedagógica? **Rev. Proposições**. v. 25, n. 2 (74) /P.47-65/Maio-Ago.2014 Disponível em: <https://www.scielo.br> Acesso em: 06 Out. 2024.
- MANFRE, A. H. Escola, Currículo e Competências Socioemocionais: Uma Nova Governamentalidade? **Revista Pensar Acadêmico**, Manhauçu, v. 18, n.2, p. 211-230, Maio/Ago, 2020. Disponível em: <https://pensaracademico.unifacic.edu.br> Acesso em: 06 Out. 2024.
- _____. Aprendendo a Empreender: O Projeto de Vida e a Cultura do Empreendedorismo na Educação Escolar. **Revista Linguagens, Educação e Sociedade**. Les. v. 26, n.52, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufpi.br> Acesso em: 04 out. 2024.
- SOLER, R. D. D. V. Y et al. Foucault, a Educação e o Neoliberalismo. **Educação em Revista**, p. 3 37356, 2022 Disponível em: <https://www.scielo.com.br> Acesso em: 09 Out. 2024.
- SCHULER, B. Docência e Modos de Subjetivação: Dissoluções Genealógicas e o Cuidado de Si. **Revista Educação em Questão**, v. 54, n. 40 (2016) Jan/ Abril 2016 Disponível em: <https://periodicos.ufpr.br> Acesso em: 10 Out. 2024.
- TRAVERSINI, S. C. et al [orgs] VEIGA NETO, A: **Modos de Ser e Pensar Junto com Michel Foucault**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022.